

Governo dá ordem de início para construção de três pontes na MG-202, no Norte de Minas

Qua 20 maio

O [Governo de Minas Gerais](#), por meio do [Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais \(DER-MG\)](#), emitiu no dia 18/5, a ordem de início para as obras de construção de três pontes na MG-202, no trecho entre Pintópolis e Urucuia, no Norte de Minas. O investimento estimado nas estruturas é de R\$ 9,8 milhões.

Serão construídas uma ponte de 39 metros de comprimento sobre o córrego Gameleira, outra de 59 metros sobre o córrego das Tabocas e uma terceira de 33 metros sobre o ribeirão das Pedras. Todas terão 10 metros de largura e substituirão travessias antigas, estreitas e em condições precárias, garantindo mais segurança e fluidez ao tráfego.

A construção das pontes faz parte de uma outra ação governamental mineira, em fase mais adiantada, que é a pavimentação de 73 quilômetros entre Pintópolis e Urucuia, onde estão sendo investidos mais cerca de R\$ 140 milhões. Ainda, neste mesmo corredor logístico, está sendo construída, na MG-402, uma ponte de 1.000 metros sobre o rio São Francisco, próxima a cidade de mesmo nome, em que o investimento ultrapassa a cifra de R\$ 220 milhões.

A expectativa é de que o conjunto de intervenções favoreça o escoamento da produção agrícola e desenvolva a principal atividade econômica das cidades que compõem o Noroeste e Norte mineiro.

"Além da melhoria na logística e no transporte de cargas, a obra deve beneficiar diretamente cerca de 100 mil pessoas, reduzindo o tempo de deslocamento e os custos de transporte. Com a conclusão dos serviços será formado um grande corredor de transporte, completamente pavimentado, entre Goiás, Minas Gerais e Bahia. Para quem mora em algumas cidades mineiras da região das obras, haverá uma redução em mais de duas horas no tempo de viagem até Brasília", ressaltou o diretor-geral do DER-MG, Matheus Novais.

Os recursos para execução das obras são provenientes do Acordo de Reparação firmado após o rompimento das barragens da Vale S.A., em Brumadinho, em 2019. O acordo envolve o Governo de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais, e destina recursos para ações de reparação dos danos sociais, econômicos e ambientais provocados pelo desastre, que deixou 272 vítimas fatais.